

## Deslocamento e inserção social: vivências de migração e refúgio

*Displacement and social integration: experiences of migration and refuge*

Camila Sbeghen\*

Andressa Wendling\*\*

Vilma Arnold\*\*\*

Jaqueline Michaelsen Macedo\*\*\*\*

Carmen Regina Giongo\*\*\*\*\*

### Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as vivências de pessoas em situação de migração e refúgio frente ao processo de deslocamento e inserção social no Brasil. Com um delineamento exploratório descritivo de metodologia mista, participaram 71 pessoas da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. A coleta de dados deu-se através de um questionário biosociodemográfico e em uma entrevista semiestruturada, analisados através de estatística simples e análise de conteúdo. Os resultados apontaram que as vivências de sofrimento dos participantes, atreladas ao aprendizado do idioma, à inserção no mercado de trabalho e aos diferentes modos de violência, estão diretamente associadas à ausência de políticas públicas de acolhimento e de proteção social aos migrantes e refugiados da região. Necessitando políticas protetivas de acolhimento e de garantia de direitos no contexto migratório.

**Palavras-chave:** migração; refúgio; direitos humanos; políticas públicas.

### Abstract

*This research aims to analyze experiences of people with migrant and refugee status facing the process of displacement and social integration in Brazil. Seventy-one people took part in this descriptive and exploratory study with a mixed method design which was carried out in the region of Vale dos Sinos, in Rio Grande do Sul. A biosociodemographic questionnaire and a semi-structured interview were chosen as data collection instruments. The data collected were analyzed using simple statistics and content analysis. The results suggested that the participants' experiences of suffering, related to language learning, labor market insertion and different kinds of violence, are directly associated with the lack of public policies of integration and social protection for migrants and refugees in the region. It was concluded that protective policies both for integration and rights guarantee are necessary in a migratory context.*

**Keywords:** migration; refuge; human rights; public policies.

---

\* Graduada em Psicologia, Universidade Feevale. E-mail: sbeghencamila@gmail.com.

\*\* Graduada em Psicologia, Universidade Feevale. E-mail: andressawendling@gmail.com

\*\*\* Graduada em Psicologia, Universidade Feevale. E-mail: arnold.vilma@yahoo.com.br.

\*\*\*\* Graduada em Psicologia, Universidade Feevale. E-mail: jaquemica@icloud.com

\*\*\*\*\* Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, professora no curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: ca.aiesec@gmail.com

## Introdução

As migrações internacionais remontam aos vários períodos da história. Entretanto, o acréscimo do deslocamento de refugiados e migrantes nos últimos anos tenciona um fenômeno complexo e de larga proporções que interfere diretamente nos contextos político-econômico e sociocultural dos Estados. Ao final de 2018, segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), cerca de 70 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos. O mundo registrou, no mesmo ano, 25,9 milhões de pessoas refugiadas reconhecidas, ao mesmo tempo em que tramitaram 3,5 milhões de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Os Estados Unidos e Peru estão entre os países que mais receberam pedidos de refúgio em 2018.

Além disso, em 2019, segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), havia no mundo 272 milhões de imigrantes. Percebe-se, também, que a migração em decorrência da magnitude e frequência de eventos climáticos extremos vem aumentando. Cerca de 16 milhões de pessoas em 2018 foram afetadas por desastres ambientais e tiveram que deixar os seus países.

No Brasil em 2018 foram mais de 80 mil pessoas que solicitaram refúgio, destas, apenas 11.231 foram reconhecidas. Os venezuelanos estão em primeiro lugar com 61.681 solicitações de pedido de refúgio no país, seguido pelo Haiti com 7 mil solicitações e depois pelos cubanos com 2.749 (ACNUR, 2020a).

No que se refere à Venezuela, desde 2018 o Brasil vem recebendo um número expressivo de refugiados. Essa grande procura é motivada pela crise política que o país está vivendo desde 2017. De acordo com a ACNUR, em 2018, cerca de 5.500 pessoas deixaram o país por dia. A estimativa é que até o final do ano de 2019 tenham 5,3 milhões de refugiados e imigrantes venezuelanos no mundo todo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018). O Brasil por ser um país vizinho da Venezuela acaba se tornando referência na busca por refúgio. O governo brasileiro juntamente com a ACNUR criou uma estratégia para receber os vizinhos venezuelanos. Atualmente fazem parte desse plano, 50 cidades de 17 estados brasileiros; desde 2017 o Brasil já recebeu mais de 200 mil venezuelanos. Destes, mais da metade já deixaram o país. Os 85 mil que permaneceram solicitaram refúgio. Contudo apenas 40 mil receberam o visto temporário (ACNUR, 2019b).

Essa grande procura por refúgio no Brasil pode ser dada, também, pelo fato de que atualmente o país possui duas Leis e um acordo que facilitam a entrada de refugiados e

migrantes no país. A primeira Lei brasileira sobre o refúgio, nº 9.474, de 22 de julho de 1997, mostra que só será definido como refugiado aquele que estiver sendo perseguido por questões religiosas, de raça, de nacionalidade, de grupo social ou opiniões políticas. Além disso, garante que o refugiado terá direito a proteção igual aos brasileiros (BRASIL, 1997).

A Lei nº 13.445 aprovada em 24 de maio 2017, traz um avanço aos migrantes contribuindo para o desenvolvimento dos processos de inclusão de migrantes trabalhadores, conferindo direitos e garantias a população, além de integração social e acesso a saúde e educação (BRASIL, 2017). Outro elemento importante neste contexto é o acordo bilateral entre o Brasil e o Haiti mediado pela ONU. Neste processo o Brasil passou a ser atrativo aos Haitianos e permitiu a inserção mais ágil no mercado de trabalho brasileiro (BÓGUS; FABIANO, 2015; GRANADA *et al.*, 2017; SILVA, 2017).

O Brasil em dezembro de 2018 havia assinado o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, conhecido como Pacto Global de Migração da ONU, porém com a mudança de governo em 8 de janeiro de 2019 o atual presidente decretou a saída do país do pacto. No total eram 193 países que participaram da negociação e apenas 164 assinaram documento, o pacto traz questões importantes aos migrantes como a proibição de deportação aos imigrantes irregulares. Além disso, o pacto também determina acesso aos migrantes à justiça, saúde, informação e educação. O documento tem ao todo 23 tópicos que visam à cooperação dos países em relação a imigrantes (FELLET, 2019).

Hoje, o status de refugiado no Brasil é concedido pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare) (BRASIL, 2017). A ACNUR define refugiados como sujeitos que estão fora do seu “país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa” (ACNUR, 2019a). Para a instituição, migrantes são indivíduos que “deixam seus países de origem com o objetivo de se estabelecer em outro país de forma temporária ou permanente” (ACNUR, 2019a). Neste caso, as razões que embasam o deslocamento estão relacionadas às questões econômicas ou sociais, na busca por melhores condições de trabalho, de vida e acesso à saúde e à educação.

Existem alguns programas e ações que foram criados no país para o levantamento de dados, garantia de direitos e implementação de políticas públicas para as pessoas em situação de refúgio e migração. Dentre eles está o Decreto Municipal nº 56.353/2015, da cidade de São Paulo, que institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante. A Lei garante o acesso dessa população a todos os serviços oferecidos aos cidadãos, a promoção

do respeito à diversidade e a interculturalidade, impedindo qualquer violação dos direitos (SÃO PAULO, 2015).

A ACNUR em conjunto com a Conare lançou, também, a Plataforma Interativa de Decisões sobre Solicitações da Condição de Refugiado no Brasil. A plataforma foi criada com o intuito de deixar mais transparente o processo de solicitação de refúgio, permitindo ainda cruzar as informações de todos os estados do Brasil, facilitando e auxiliando no controle de entrada de refugiados (ACNUR, 2020b).

Outro exemplo é o Programa de Reassentamento de Centro-Americanos no Brasil, proposta pela OIM (Agência da ONU para as Migrações) e pela ACNUR em parceria com o Governo Federal do Brasil, lançado em 2019. O programa tem como objetivo auxiliar famílias que estejam em situação de refúgio dando a elas apoio e monitoramento, além de documentos, acesso à saúde, à escola e à moradia, ao acompanhamento psicológico, social e jurídico. No estado do Rio Grande do Sul três famílias foram selecionadas, duas permaneceram na capital gaúcha, Porto Alegre e, a outra família, ficará na cidade de Esteio (BRASIL, 2019).

Mesmo com todas as medidas tomadas pelo Brasil, nota-se que elas ainda são insuficientes para atender de maneira eficaz as necessidades dos migrantes e refugiados. Por exemplo, as questões trabalhistas, de moradia, aprendizagem da língua e o combate ao preconceito. O Brasil pode ter dado passos importantes nas questões legais, mas ainda precisa se preparar melhor para recebê-los (BÓGUS; FABIANO, 2015; GRANADA *et al.*, 2017; SILVA, 2017). Diante deste contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as vivências de pessoas em situação de migração e refúgio frente ao processo de deslocamento e inserção social no Brasil. O estudo é resultado de um acompanhamento sistemático realizado junto às comunidades de migrantes e refugiados através de projetos de pesquisa e de extensão universitária deste 2016 na região do Vale dos Sinos, localizada no estado do Rio Grande do Sul.

## **Metodologia**

### **Delineamento**

Este estudo possui um delineamento qualitativo exploratório-descritivo. Exploratório na medida em que se propõe a buscar maior familiaridade com o tema pesquisado, e descritivo por descrever as características do grupo investigado (GIL, 2010).

## Instrumentos

A pesquisa foi realizada através de um questionário semiestruturado construído pelas pesquisadoras. Além disso, foi aplicada a técnica da entrevista narrativa, reconhecida nas Ciências Sociais como uma importante estratégia de resgate das histórias de vida e das histórias sociais. O termo foi cunhado por Schütze (1992), que caracterizou a entrevista pela não utilização do esquema pergunta-resposta, justamente por preconizar a livre narração do entrevistado. Conforme perspectiva do mesmo autor, as fases de aplicação da entrevista narrativa envolvem: preparação, na qual ocorre a exploração do campo e a formulação das questões; iniciação, momento em que o entrevistador lança mão do tópico inicial para a narração, podendo dispor de auxílios visuais; narração central, fase principal na qual o entrevistado narra a história e recebe apenas o encorajamento do entrevistador; fase de perguntas, na qual o entrevistador insere suas questões; fala conclusiva, onde o gravador é desligado e a entrevista passa a ser finalizada.

## Participantes

Participaram da pesquisa 71 pessoas em situação de migração ou refúgio, com idade média de 30 anos. Quanto ao sexo, 59,2% se declararam homens, 39,4% mulheres e 1,14% se identificou como homossexual. Dos 71 entrevistados, 45 eram solteiros, 22 casados, 2 divorciados e 2 união estável. Quanto ao país de origem, 47,9% vieram do Haiti, 22,5% do Senegal, 21,1% da Venezuela e os demais pertenciam a países como Costa do Marfim, Colômbia, Angola, Bolívia, Síria, Palestina e Argentina (8,5%). No que se refere à escolaridade 40,8% possuía ensino médio completo, 18,3% ensino superior completo, 11,3% dos entrevistados possuíam ensino superior incompleto, 11,3% ensino médio incompleto, sendo que 11,3% dos entrevistados tinham cursos técnicos e 7% ensino fundamental incompleto. Dentre os entrevistados, a maioria veio para o Brasil sozinho (44,9%) e apresentou um tempo de permanência no país com a seguinte distribuição: 38% estavam no Brasil há mais de 2 anos; 32,4% entre 1 e 2 anos, 8,5% entre 3 meses e 1 ano, 9,9% entre 3 e 6 meses e a mesma porcentagem para os participantes que estavam no país de 0 a 3 meses.

## Procedimentos de pesquisa

Primeiramente foram contatadas e entrevistadas entidades públicas, governamentais ou não governamentais buscando conhecer esta população. Na sequência foram contatados os primeiros possíveis participantes da pesquisa. Depois deste mapeamento inicial foram selecionados os participantes da pesquisa através do método snowball (BALDIN; MUNHOZ, 2011). A partir da aproximação com as regiões investigadas, foram realizadas visitas às residências dos participantes que atendem aos critérios de inclusão e de exclusão deste estudo buscando o aceite para a realização das entrevistas narrativas. As entrevistas foram organizadas na própria residência dos participantes, na Universidade responsável pelo presente projeto de pesquisa ou em locais públicos. Antes da entrevista, o (a) participante recebeu explicações minuciosas acerca dos objetivos do estudo, seguido da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

### **Considerações éticas**

Esta pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2000), e também com a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016). Ambas definem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (CAAE 631620 16.9. 0000.5348).

### **Procedimentos de análise de dados**

A técnica utilizada para a análise dos dados coletados foi a análise temática, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (MINAYO, 2014). Do ponto de vista operacional, essa análise desdobra-se em três etapas principais, quais sejam: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento e interpretação dos dados (MINAYO, 2014).

### **Resultados**

A partir da análise dos resultados obtidos foram delimitadas três temáticas principais, sendo elas: a) *“Não foi fácil deixá-los e partir”*: *Relações familiares no processo de deslocamento*; b) *“A maior dificuldade foi encontrar trabalho”*: *A chegada ao Brasil*; e, c) *A vida no Brasil: Um desafio diário*.

a) *“Não foi fácil deixá-los e partir”*: *Relações familiares no processo de deslocamento*

A grande maioria dos entrevistados (45) deixou algum familiar em seu país de origem, entre eles, pai e mãe aparecem citados 34 vezes, seguido por irmãos (24 vezes) e filhos com 11 citações. Da mesma forma quando questionados a respeito do interesse em trazer os familiares para o Brasil, 34 participantes responderam afirmativamente, que possuem planos de trazer para o país os seus membros da família. Em contrapartida, 23 entrevistados não responderam ao questionamento e 14 colocaram-se contra essa ideia.

Quando questionados sobre como foi a experiência de deixar a família e deslocarem-se sozinhos, os principais sentimentos relatados foram tristeza e saudades. Um dos entrevistados comentou: *“muito difícil. Porque tenho uma família muito unida, deixar minha mãe e meus irmãos foi muito difícil. Mas também pensando nas minhas filhas, decidimos vir para cá. É muito difícil, na situação de lá pensar em um futuro para teus filhos”*.

Ademais, outro participante disse ter medo de não poder voltar caso a mãe, que já é idosa venha a falecer, pois teve que sair às pressas, já que estava sob ameaça de morte. Muitos relataram que apesar de toda a dificuldade enfrentada neste momento de separação sentiam-se bem porque estavam conseguindo auxiliar aqueles que ficaram, conforme o seguinte relato: *“não foi fácil deixá-los e partir, mas estou feliz em estar conseguindo ajudar eles daqui.”*

Outro fator que contribui para o sentimento de saudade foi a incerteza de voltar ao seu país para visitar os familiares. Seja por motivos burocráticos, documentais ou pelas dificuldades financeiras, assim como esclarece uma participante: *“eu fico triste toda minha família lá, eu fico chorar [...] agora tem três anos e eu liga pra minha mãe e ela ainda chora. Quando eu quero vou pra lá, mas é muito dinheiro pra comprar passagem”*.

Diante da distância física, a internet e as redes sociais se apresentaram como os principais meios de comunicação entre as famílias e entre os pares, aparecendo em 55 citações. Em segundo lugar os participantes mencionaram o uso do telefone/*whatsapp* com 53 citações. Já o uso de jornal impresso, televisão e rádio, apresentaram 40 citações ao todo e foram citados, principalmente, como forma de acesso e conhecimento sobre o que vem

acontecendo no Brasil, além de representar uma estratégia de adaptação e aprendizagem do idioma.

b) *“A maior dificuldade foi encontrar trabalho”: A chegada ao Brasil*

Os migrantes e refugiados escolheram o Brasil baseando-se na imagem internacional de que no país encontrariam muitas oportunidades de trabalho, valorização da moeda e uma facilidade burocrática para a entrada e permanência. Quando questionados sobre os motivos desta escolha migratória, 32 entrevistados citaram as oportunidades de trabalho, 12 relataram que se deslocaram para encontrar amigos ou familiares, 8 buscavam novas experiências e 6 procuravam melhores condições de vida do que aquelas obtidas em seus países de origem. Além disso, com menor frequência foram citadas as oportunidades de estudo, melhor remuneração e intenção de apoiar a família.

Quando chegaram em solo brasileiro, nem todas essas expectativas se concretizaram. Como relatou um entrevistado venezuelano: *“Caminhei 4 dias para chegar em Boa Vista. Passei mais trabalho aqui do que no meu país. Tomava água no rio e comia o que eu ganhava. Passei muita dificuldade aqui, foram dias difíceis, morei na praça por 3 meses”*. Outro entrevistado que fez o mesmo processo de travessia de fronteiras acrescentou: *“para ter o que comer, precisei revirar as latas de lixo, já que os moradores quando batíamos na porta pedindo comida, muitas vezes se negavam. Eu não tinha onde dormir, então dormia na rua, com medo do que poderia acontecer, mas eu não tinha outra saída”*.

Assim, as maiores dificuldades enfrentadas e relatadas, nesta ordem, pelos migrantes e refugiados ao chegar ao Brasil foram: conseguir um trabalho, aprender o idioma e lidar com a violência sofrida. Para conseguir um emprego e manter-se nele foram relatadas inúmeras dificuldades, como a barreira da comunicação, o preconceito pela sua condição de migrante ou refugiado e o desconhecimento das leis que acabavam colocando-os muitas vezes em situação de vulnerabilidade e precarização. Algumas falas corroboram estes dados: *“A língua, foi o maior desafio. No trabalho eles te acham uma pessoa que não sabe nada, daí tentam se aproveitar te dão qualquer serviço para fazer”*. Outros entrevistados acrescentaram: *“A maior dificuldade foi encontrar trabalho. Não sabia como fazer, onde procurar”*; ou ainda, *“Idioma, na verdade tudo, porque tudo depende da comunicação, às vezes a gente vai no SINE (Sistema Nacional de Empregos) pega uma vaga mas perde, porque não conseguimos ler muito as*

*placas, alguns pegavam o trem errado, o ônibus errado...meus amigos me contaram, esta é uma dificuldade, quando eu cheguei também tive essa dificuldade.*

c) *A vida no Brasil: Um desafio diário*

A partir da escuta dos entrevistados percebeu-se que, para uma pessoa em situação de migração ou refúgio, a vida no Brasil é um desafio diário. Neste contexto, o auxílio de ONGs, Pastorais, ações da sociedade civil e, em alguns casos, da própria população estrangeira, esse grupo vai se constituindo, recebendo e oferecendo suporte social. Atividades como providenciar a documentação mínima para permanência e trabalho no país, organizar a abertura de conta em banco, ter acesso aos serviços públicos, especialmente de saúde e educação, representam grandes dificuldades para esta população.

Sobre estes aspectos, 63 dos 71 entrevistados disseram ter acesso aos serviços de saúde, 4 disseram não possuir acesso e 4 não souberam ou não responderam ao questionamento. Dentre aqueles que possuíam acesso aos serviços de saúde, 49 utilizavam o SUS (Sistema Único de Saúde), 8 utilizavam serviços privados de saúde e 14 não souberam ou não responderam. Além disso, 50 indivíduos que já haviam utilizado algum serviço de saúde no Brasil, disseram ter sido bem atendidos na maioria das vezes. Os principais aspectos negativos relatados estavam relacionados às dificuldades de comunicação geradas pelo idioma, a demora no atendimento e a falta de atendimento humanizado.

Nos momentos de folga os entrevistados falaram que gostam de ficar em casa (32), escutando música, lendo, conversando com a família ou assistindo filmes. A distração com as redes sociais, internet e televisão também foi citada por 12 participantes, enquanto 10 deles preferiam jogar futebol para passar o tempo. Atividades como ir à igreja, academia, visitar amigos e vendas ambulantes, também aparecem na descrição, mas com menores incidências, totalizando juntas 15 citações.

Além disso, foi possível perceber que os migrantes e refugiados têm um objetivo sólido: trabalhar para melhorar a sua situação econômica e auxiliar financeiramente as famílias que ficaram no país de origem. Frente a este objetivo, os participantes priorizam as atividades de trabalho. Sobre as relações de trabalho, 47 estavam trabalhando com carteira assinada, 10 estavam no mercado informal, 1 não estava trabalhando e 13 não souberam ou não responderam a pergunta. Dentre os entrevistados ativos no mercado de trabalho, 30

estavam no ramo da indústria, 12 no ramo de serviços, 7 no comércio, 6 no mercado autônomo e 3 no ramo da alimentação.

Falar sobre o país de origem deixou todos os entrevistados emocionados. Foi neste momento que as entrevistadoras perceberam a saudade e o carinho que todos sentem ao lembrar suas histórias e os caminhos percorridos até aquele momento. A grande maioria evocou as semelhanças gastronômicas entre os países, fazendo menção às particularidades dos temperos próprios de cada lugar. Além disso, foram citadas as grandes diferenças culturais encontradas, seja pela via religiosa, pelas festividades, pelos valores e pela tradição de cada lugar.

Outro ponto que chamou atenção foi o cenário político, citado por alguns participantes, que o seu país de origem muito se assemelhava ao Brasil, com questões de corrupção e descaso com a população. Além disso, houve muitos relatos que enalteceram as belezas naturais e clima, com exceção do frio encontrado no Rio Grande do Sul. Essas diferenças culturais representam outro desafio para a população estrangeira.

Os planos futuros no Brasil tem um significado próprio para cada entrevistado. Mas, os depoimentos mais recorrentes durante as entrevistas estavam associados aos desejos de continuar ou conseguir um emprego, que gere renda para que eles possam se sustentar e, muitas vezes, enviar dinheiro para os familiares que ficaram no país de origem. Além disso, a vontade de continuar estudando e se aperfeiçoando foi mencionada pela maioria dos entrevistados.

Alguns entrevistados relataram que a sua permanência no Brasil é passageira. Explicaram que pretendem voltar ao seu país de origem, quando estiverem em uma situação mais favorável ou quando o país estiver mais estável para esta volta. Em contrapartida, a outra parcela relatou querer ficar no Brasil, trazer os familiares e empreender, mencionando, inclusive, que enxergam o país como a sua segunda pátria.

## **Discussão**

O ser humano é um ser social e o estabelecimento de laços sociais torna-se indispensável para o processo de constituição do sujeito, já que permite a sua entrada na cultura, além de ser fundamento para a sua identidade. Ao declarar pertencimento a um lugar, os laços sociais passam a ser elementos indispensáveis na vida de um sujeito (GRIGORIEFF; MACEDO, 2018). Segundo Mallard, Cremasco e Metraux (2015), ao defrontar-se com aspectos

culturais, econômicos, sociais e políticos desconhecidos, o sofrimento pode se fazer presente e as condições de cada indivíduo para enfrentar essa situação vão depender da extensão dos impasses encontrados, do acolhimento oferecido, como também dos recursos psíquicos de cada um.

Através das escutas realizadas nesta pesquisa, evidenciou-se, um nível elevado de sofrimento psíquico dos entrevistados. Sofrimento este, ocasionado pela saudade dos familiares que ficaram, pelas famílias que se separaram, já que muitos deixaram seus filhos, cônjuges e/ou pais. Além disso, fatores como as dificuldades de adaptação em um país desconhecido, as diferenças culturais, climáticas e de organização social, atrelados ao medo da violência, xenofobia e desafios encontrados durante o processo de deslocamento intensificaram este sentimento.

Conforme, Melo e Romani (2019), os fatores sociais, políticos e ambientais podem se tornar barreiras que dificultam o processo de adaptação do migrante ao novo país, impedindo que ele se adapte sem tanto sofrimento. Assim, a experiência migratória exige um grande esforço por parte do migrante, tanto no sentido do estabelecimento de novos laços sociais como para ter a sua identidade reconhecida. Muito mais do que fornecer um documento é necessária uma reflexão sob a condição psíquica do migrante, reconhecendo-o em suas particularidades e diversidades (GRIGORIEFF; MACEDO, 2018).

Assim, conforme Becker e Borges (2015), o processo migratório poderá suscitar um estado de vulnerabilidade psíquica no migrante, cujo resultado poderá ser sentido a partir do modo como este percebe e lida com a realidade, levando em conta as referências socioculturais e o rompimento dos laços afetivos. Nesse sentido, o processo vivido por cada migrante e/ou refugiado traz consequências psíquicas à vida de cada um deles, principalmente nos relatos de sofrimento que dizem respeito àquilo que deixaram para trás.

Com isso desponta a preocupação em enfrentar as diferenças culturais encontradas. Como manter vivas as tradições e mesmo assim, adaptar-se à nova cultura que estão inseridos? Chegar a um lugar culturalmente diferente do seu país, onde o futuro é totalmente incerto, sem dinheiro e, muitas vezes, sem a família, para a construção de uma nova vida, exige do sujeito uma abertura para novas oportunidades e redefinições de si mesmo. Mas para que ele tenha sucesso em sua adaptação, ele também dependerá da sua habilidade em preservar a sua identidade e manter os seus valores e costumes já definidos (MELO; ROMANI, 2019). Exemplificando a complexidade do processo de adaptação e reorganização da vida no país acolhedor.

Não há dúvidas que o processo de afastar-se de suas origens provoca rupturas na identidade, adicionam Mallard, Cremasco e Metraux (2015), de modo que o migrante ou refugiado conforme altere ou troque o seu contexto social, poderá ter a forma de se perceber e ser percebido, também transformada. A diferença cultural, de língua, de vestimentas, de condutas, muitas vezes não é aceita pela sociedade do país de refúgio. Os migrantes ainda passam pela pressão de serem vistos como portadores de doenças novas e sendo responsáveis por novas crises sociais e econômicas (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

Por isso, as experiências vividas por migrantes até chegarem ao país de refúgio são traumáticas. Deixar os amigos e familiares, lidar com as perdas materiais e até com risco de vida sofrido. Deixar o seu próprio país e o longo caminho até chegar a outra pátria não são as únicas dificuldades enfrentadas por esta população. Os sentimentos de incerteza, os desafios, o estresse da nova adaptação à cultura e normas locais, a solidão e a necessidade de ter que enfrentar a intolerância e o racismo são pontos que eles precisam lidar logo na chegada (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

Assim como os participantes do presente estudo, que relataram dificuldades encontradas na chegada e na permanência no Brasil, relacionadas a encontrar um trabalho, um idioma diferente e as vivências de violência. Estas situações durante a experiência da migração se atravessam e uma acaba por potencializar a outra, como acontece, por exemplo, na situação onde há a dificuldade no idioma e esse é o ponto utilizado por empregadores para não fazer a contratação de migrantes.

No que diz respeito às condições de trabalho dos participantes da pesquisa, mesmo que a maioria dos respondentes esteja trabalhando de maneira formal com vínculo em carteira de trabalho, as posições que eles ocupam estão centradas no terceiro setor e muitas vezes não acompanham seu grau de instrução e profissionalização. Conforme a autora Villen (2015), a condição em que os migrantes deixam seu país e chegam a um novo local de moradia os faz totalmente dependentes da necessidade de encontrar um trabalho imediato, mesmo que para isso estejam expostos a situações de precariedade.

Em alguns casos, os migrantes em seus países de origem, ocupavam colocações melhores no mercado de trabalho, em posições mais elevadas ou em profissões mais bem reconhecidas pelo seu status social. Porém, chegando ao Brasil e com o entrave do idioma foram, automaticamente, inseridos em empregos com menores salários. De acordo com Alves (2007), a precarização é um recurso histórico, relacionado à perda dos direitos dos trabalhadores e à dominação da força de trabalho como produto que se coloca à ocupação do

estabelecimento do poder entre capital e trabalho. Para a autora Kalleberg (2009), a precarização é uma forma de trabalho instável, insegura e na qual os riscos estão mais destinados ao empregado do que ao empregador.

No que tange às barreiras do idioma, Vieira Cá e Mendes (2020), citam o idioma como uma das importantes manifestações culturais que fundamentam e fortalecem a identidade de um povo. Além de ser um dos elementos essenciais no processo de integração e da interação, principalmente no contato com o outro. Ou ainda, como menciona Fontes (2010), é crucial ter o domínio da língua do país de acolhimento para a interação social com as populações locais.

A maioria dos entrevistados teve o seu primeiro contato com a língua portuguesa, ao chegar ao país. Utilizaram os recursos que tinham acesso para conseguir se comunicar e, conforme refere Oliveira (2010), quanto mais os migrantes sentirem que fazem parte do país de acolhimento e de sua sociedade, mais depressa estarão prontos para adquirirem as necessárias competências linguísticas para, então, se tornarem membros bem sucedidos da mesma.

Em relação às vivências de violência sofridas em solo brasileiro pelos entrevistados, destacam-se o preconceito, a perseguição e ameaças. Nos relatos ficou evidente e corriqueira a presença de violência psicológica e, em alguns casos, até violência física. Este dado expõe a vulnerabilidade e a fragilidade que os participantes da pesquisa encontram—se e descortina um processo de violência dupla, pois grande parte deles deixaram seus países justamente em busca de proteção frente às violações de direitos sofridas. Segundo Weib (2018), a experiência de perseguição violenta no país de origem e a falta de proteção no país acolhedor exacerba a violência sofrida por migrantes e refugiados. O que é reafirmado pelo estudo realizado recentemente pela ACNUR (2019a) com migrantes e refugiados de todo Brasil, onde mostrou que 41% dos participantes admitiram ter sido vítima de discriminação.

Os migrantes e refugiados podem ser vistos pela sociedade como heróis, vítimas, fugitivos, transmissores de doenças ou mesmo como culpados por aumentarem os riscos de problemas sociais e econômicos. Essas diferenças e dúvidas que assombram a sociedade que os recebe muitas vezes acabam causando um caos interno, o que por sua vez, pode aumentar o nível de violência experienciado por eles (BÓGUS; FABIANO, 2015; GRANADA *et al.*, 2017; SILVA, 2017).

Todas essas adversidades podem ser potencializadoras do sofrimento desse sujeito, todavia ainda existem outros aspectos que desfavorecem a estabilidade do sujeito em situação de migração no Brasil, como o despreparo das entidades que os recebe, bem como

da sociedade civil, os diversos tipos de preconceitos que enfrentam no dia-a-dia e as violências que reforçam a injustiça social (MARTINS-BORGES, 2013). O processo de migração, de partida e chegada a um lugar desconhecido, já é marcado por diversas dificuldades, é comum que tenha acontecido perdas significativas de bens materiais, status social, de estrutura de organização da vida, mas ainda mais impactante é o afastamento dos vínculos familiares e sociais (BECKER; BORGES, 2015).

Frente a este contexto, o principal objetivo dos migrantes e refugiados ouvidos nesta pesquisa foi a inserção no mercado de trabalho. Este aspecto esteve presente na escolha do país acolhedor, como ferramenta de adaptação, aprendizagem do idioma, reorganização socioeconômica e potencializador da reconstrução da identidade do sujeito. Mas, também se apresentou como desafiadora, de difícil inserção e até mesmo como espaço de discriminação. O trabalho ocupa um papel primordial na vida do ser humano, auxiliando na sua socialização, para o bem estar biopsicossocial, para o desenvolvimento da autonomia financeira e para a evolução da subjetividade (ARAÚJO; SACHUK, 2007; CARRASQUEIRA; BARBARINI, 2010; CUNHA; VIEIRA, 2009).

Além disso, o acesso ao mercado de trabalho tem uma relevante importância na vida do sujeito, principalmente em relação aos migrantes e/ou refugiados pode estar relacionado ao estabelecimento da sua segurança no novo país de residência. Entretanto, para a maioria em situação de migração e refúgio essa inserção torna-se uma adversidade, sobretudo pela falta de oportunidade e por uma perspectiva, por parte dos empregadores, de vulnerabilidade daquele indivíduo em situação de migração (ACNUR, 2020b).

O processo migratório não é homogêneo. As políticas internacionais influenciam as medidas nacionais de proteção. Conforme Weib (2018), a proteção internacional aos refugiados é complementada por dispositivos legais e administrativos nacionais. O Brasil avançou consideravelmente nas últimas décadas, segundo Prado e Araújo (2019), ao prever na legislação meios que visam assegurar a acolhida e permanência de migrantes e refugiados no país. No entanto, há uma grande deficiência na elaboração e aplicação de políticas públicas marcadas por entraves burocráticos nos processos de tomada de decisão, onde o foco encontra-se mais na classificação da população do que na integração da dela no seu novo contexto social (BARBOSA, 2017). Diante disso, as parcerias público-privadas têm sido uma saída para a ausência de políticas públicas voltadas para migrantes em situação de vulnerabilidade social (SILVA, 2017).

As políticas migratórias não dizem respeito apenas às condições de entrada e permanência no país, mas incluem a preocupação para que a população de migrantes tenha acesso às políticas públicas e aos programas que atendam às suas necessidades específicas (LUSSI, 2015). Nesse sentido, existem estudos mostrando que os migrantes possuem acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) seja por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) ou pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Estes dados corroboram aos relatos dos participantes desta pesquisa que afirmaram ter acesso aos serviços de saúde. Apesar disso, outros estudos fazem críticas aos sistemas de saúde e apontam para a falta de treinamento e preparo dos profissionais que atendem aos migrantes. Segundo os autores é importante que os profissionais entendam a cultura, a língua e a maneira como os imigrantes vivem (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

De Sá e Silva (2016) apresentam outras críticas às políticas públicas do Brasil voltadas aos migrantes. Segundo os autores os projetos acabam sendo muito brandos, com isso os migrantes são explorados como mão de obra barata no mercado de trabalho, submetidos a baixos salários e precárias condições de trabalho. Muitos dos migrantes não conseguem validar seus diplomas, por exemplo, o que acaba potencializando a situação de vulnerabilidade vivenciada.

Uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Ministério da Justiça mostrou, entre outros elementos, a urgência da revisão do marco normativo migratório no Brasil. Especialmente no que se refere à adequação dos padrões internacionais de proteção ao migrante e refugiado e aos direitos humanos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015). Com isso seria possível otimizar o processo de formalização da documentação dos refugiados e migrantes, diminuindo a morosidade e contribuindo para a garantia legal de acesso aos direitos e deslocamento.

No que tange à possibilidade de fazer planos futuros no Brasil, é necessário considerar que para cada participante da pesquisa os projetos assumiram um lugar particular, associado com as vivências durante o processo migratório, o suporte encontrado e o acesso ao emprego, à educação, à saúde, entre outros serviços necessários para o seu bem estar e desenvolvimento. Os migrantes e refugiados, assim como qualquer pessoa, conforme Weib (2018), para poder continuar na busca de uma nova vida e obter reconhecimento dependerão de fatores socioeconômicos, bem como dos contextos jurídicos e políticos em que eles ingressam. Esses avanços, principalmente quando ocorrem em nível regional, propiciam um

progresso protetivo capaz de quebrar a lógica de privilégio absoluto à soberania, atuando em favor da cooperação e da defesa da dignidade humana (SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017).

## **Considerações Finais**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as vivências de pessoas em situação de migração e refúgio frente ao processo de deslocamento e inserção social no Brasil. Os resultados apontaram que as vivências de sofrimento dos participantes, atreladas ao aprendizado do idioma, a inserção no mercado de trabalho e aos diferentes modos de violência, estão diretamente associadas à ausência de políticas públicas de acolhimento e de proteção social aos migrantes e refugiados da região.

No que se refere às relações familiares, a grande maioria dos participantes deixou algum familiar no país de origem, gerando sentimento de tristeza e saudade. Frente ao distanciamento físico, todos os entrevistados faziam uso de ferramentas tecnológicas para manter contato com a família, minimizando assim o afastamento. Frente a estes dados foi possível perceber que esta vivência possui relações diretas com as políticas migratórias, pois em muitos casos a morosidade no processo de análise documental dos migrantes e refugiados no Brasil impede que eles se desloquem internamente ou até mesmo façam planos de retorno aos seus países de origem.

Quanto à chegada ao Brasil, a grande maioria dos entrevistados destacou que vieram à procura de um emprego e de melhores condições de vida. Segundo eles, o Brasil era visto como um país de oportunidades, porém quando chegaram se depararam com poucos empregos e com a desvalorização da moeda. Outra questão muito trazida pelos entrevistados foi a dificuldade de aprendizado do idioma. Muitos trouxeram o quanto o idioma era um empecilho tanto na inserção no mercado de trabalho como nas relações sociais, gerando vergonha e receio de interagir socialmente. Outro resultado bastante preocupante foi à vivência de violência e discriminação vivenciadas no Brasil, apontando para a ausência de políticas públicas protetivas e de garantia de direitos. Percebeu-se que, aspectos como, as dificuldades com o idioma e a morosidade no processo de reconhecimento de diplomas, contribuem para que os participantes se insiram em atividades laborais precárias e não condizentes às posições que ocupavam em seus países de origem.

No que se refere à vida no Brasil, foi identificado que a grande maioria dos entrevistados tinha acesso ao SUS, apesar de apresentarem queixas pontuais relacionadas a demora por vagas de consultas e o entrave do idioma. Em relação ao lazer, a maioria relatou ficar em casa, sem muitas atividades de recreação e convívio social. Este aspecto pode ser associado a pelo menos dois motivos principais: economia financeira, já que muitos enviam dinheiro para a família no país de origem; e medo do preconceito e da violência, fazendo com que fiquem resguardados em suas casas e interajam predominantemente com pessoas na mesma condição.

Diante do exposto, concluiu-se que pessoas em situação de refúgio ou migração estão mais expostas às violações dos direitos humanos e demandam políticas públicas de proteção social que considerem as particularidades de cada cultura, incluindo aspectos como a desigualdade social e o contexto do deslocamento. Ademais, são urgentes e necessárias pesquisas voltadas aos migrantes e refugiados, que deem voz às suas vivências e apontem suas principais demandas no Brasil, para que através disso, seja possível preservar os direitos civis básicos desta população visando a manutenção da vida e da livre expressão, além de potencializar a construção de relações interpessoais.

## Referências

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina**. Brasília, DF: ACNUR Brasil, 2020a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Brasília, DF: ACNUR Brasil, 2020b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portuguesdadosobrefugio/dadosobrefugionobrasil/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Perguntas e respostas**. Brasília, DF: ACNUR Brasil, 2019a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 6 mar. 2019.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Resumo executivo: perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: subsídios para elaboração de políticas**. Brasília, DF: ACNUR: CSVN, 2019b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2019/06/Resumo-ExecutivoVersa%CC%83o-Final-Alterada.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ARAÚJO, Romilda Ramos; SACHUK, Maria Iolanda. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas.

**Revista de Gestão**, São Paulo, SP, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/27572/ossentidos-do-trabalho-e-suas-implicacoes-na-formacao-dos-individuos-inseridos-nas-organizacoes-contemporaneas/i/pt-br>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba, PR. **Anais [...]**. Curitiba: PUC Paraná, 2011. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf). Acesso em: 22 abr. 2020.

BARBOSA, Raul Felix. Reassentamento solidário e políticas públicas para refugiados no Brasil. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, DF, v. 73, n. 2, p. 17-23, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3398>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BECKER, Ana Paula Sesti; BORGES, Lucienne Martins. O impacto das redes sociais no processo de migração familiar. **Ayvu: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 2, n. 1, p. 161-185, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ana\\_Paula\\_Sesti\\_Becker/publication/328818667\\_O\\_impacto\\_das\\_redes\\_sociais\\_no\\_processo\\_de\\_migracao\\_familiar/links/5e397115299bf1c9b90b7260/O-impacto-das-redes-sociais-no-processo-de-migracao-familiar.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ana_Paula_Sesti_Becker/publication/328818667_O_impacto_das_redes_sociais_no_processo_de_migracao_familiar/links/5e397115299bf1c9b90b7260/O-impacto-das-redes-sociais-no-processo-de-migracao-familiar.pdf). Acesso em: 5 dez. 2020.

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/29806>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a lei da Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/TtihUr>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CARRASQUEIRA, Flora Allain; BARBARINI, Neuzi. Psicodinâmica do trabalho: uma reflexão acerca do sofrimento mental nas organizações. **Jornada de Saúde Mental e Psicanálise da**

**PUCPR**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2010. Disponível em:  
<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/jm?dd1=4375&dd99=view>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CUNHA, Tânia Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteadoras de Juarez Távora/Paraíba. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 258-275, 2009. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932009000200005&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932009000200005&script=sci_abstract)  
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000200005>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DE SÁ, Patrícia Rodrigues Costa; SILVA, Filipe Rezende. Desafios à inclusão dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, 2016, São Paulo, SP. **Anais [...]**. Campinas: Nepo Unicamp, 2016. Disponível em:  
[https://www.nepo.unicamp.br/publi\\_cacoes/anais/arquivos/27\\_PRCs.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publi_cacoes/anais/arquivos/27_PRCs.pdf). Acesso em: 5 dez. 2020.

FELLET, João. Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU. **BBC News Brasil**, São Paulo, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258>. Acesso em: 24 abr. 2019.

FONTES, Ivo Emanuel Meira Tito. **Imigração e integração social: a integração social de imigrantes no distrito de Santarém**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em:  
[https://estudo\\_geral.sib.uc.pt/handle/10316/14584](https://estudo_geral.sib.uc.pt/handle/10316/14584). Acesso em: 6 dez. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANADA, Daniel; CARRENO, Ioná; RAMOS, Natália; RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface**, Botucatu, SP, v. 21, n. 61, p. 285-296, abr./jun. 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.org/article/icse/2017./285-296/pt/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

GRIGORIEFF, Alexandra Garcia; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Singulares deslocamentos na experiência psíquica de migrar. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 471-492, 2018. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652018000300005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 9 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos: IPEA, 2015. Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/interiorizacao-e-a-nossa-esperanca-por-melhores-oportunidades-diz-venezuelano-no-brasil/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/242693505\\_O\\_crescimento\\_do\\_trabalho\\_precario\\_um\\_desafio\\_global](https://www.researchgate.net/publication/242693505_O_crescimento_do_trabalho_precario_um_desafio_global). Acesso em: 27 nov. 2020.

LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, p. 136-144, 2015. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642015000200136&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015000200136&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 abr. 2019.

MALLARD, Suzana Duarte Santos; CREMASCO, Maria Virginia Filomena; METRAUX, Jean Claude. Estrangeiridade e vulnerabilidade psíquica: algumas contribuições psicanalíticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 125-132, mar. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext &pid=S0102-37722015000100125&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000100125&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 9 dez. 2020.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, p. 26-36, jan. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902018000100026 &lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000100026 &lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 dez. 2020.

MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 151-162, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1980-85852013000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852013000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 dez. 2020.

MELO, Jéssica Ortiz de; ROMANI, Patrícia Fasolo. Resiliência de imigrantes haitianos frente ao processo de adaptação no novo país: impactos na saúde mental. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 37, n. 96, p. 184-206, jan./ mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento /article/view/25578/pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Apresentação. *In*: GOMES, Romeu. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014. p. 5-7.

OLIVEIRA, Ana Maria. Processamento da linguagem num contexto migratório e de integração. *In*: GROSSO, Maria José dos Reis (org.). **Educação em português e migrações**. Lisboa: Lidel, 2010. p. 24-39. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt /bitstream/10400.19/993/3/Processamento%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. **ONU lança campanha de combate à xenofobia contra venezuelanos no Peru**. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-campanha-de-combate-a-xenofobia-contra-venezuelanos-no-peru/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; ARAÚJO, Suzana Almeida. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 570-583, dez. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000300014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 dez. 2020.

SÃO PAULO (Município). **Decreto Nº 56.353, de 24 de agosto de 2015**. São Paulo: Casa Civil, 2015. Institui o comitê intersetorial da política municipal para a população imigrante. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br /a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5636/56353/decreto-n-56353-2015-institui>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SCHÜTZE, Fritz. Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implication. **International Sociology**, London, v. 7, n. 2, p. 187-208, 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/026858092007003006>. Acesso em: 4 maio 2020.

SILVA, João Carlos Jarochinski; BÓGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v.34, n. 1, p. 15-30, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010230982017000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982017000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 dez. 2020.

SILVA, Sidney Antônio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 34, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00099.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

VIEIRA CÁ, Vanito Ianium; MENDES, Jussara Maria Rosa. Desafios e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes senegaleses no processo de integração social na sociedade brasileira. **Humanidades & inovação**, Palmas, v. 7, n. 2, p. 76-85, jan. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2383>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VILLEN, Patrícia. O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: a imigração dos 'periféricos emergenciais' para o Brasil. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 186-198, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/27949>. Acesso em: 25 nov. 2020.

WEIB, Anja. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 110-141, dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222018000300110&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222018000300110&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 dez. 2020.

**Recebido em: 24/03/2022**

**Aceito em: 1/12/2022**